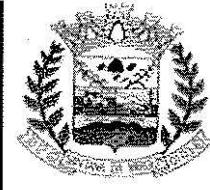


Ata da 10ª (décima) reunião extraordinária realizada no dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte. Às dezoito horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão extraordinária, sob a presidência do vereador José Elias, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. O presidente realizou a chamada e verificou estar ausente a vereadora Silmara Gislaine, a qual havia anteriormente justificado a sua ausência na secretaria. Os demais vereadores estavam presentes. O presidente declarou aberta a sessão e foi lida a ata da última reunião, a 9ª reunião extraordinária. Após a leitura, a ata foi colocada em discussão. O vereador Marcos Roberto perguntou ao presidente porque havia colocado em votação o projeto de lei 02/2020 sobre os subsídios dos vereadores, prefeito, vice-prefeito e secretários já que tinha sido decidido que o projeto seria votado em segunda votação em reunião ordinária. O presidente respondeu que colocou em plenário a decisão de a matéria já ser votada na extraordinária, e que o plenário concordara com a decisão. Posteriormente a ata foi aprovada e assinada por todos os vereadores. Na sequência o presidente colocou em votação o regime de urgência do **Projeto de lei Ordinária nº 015/2020** que “Dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Lei Municipal nº 1471 de 17 de dezembro de 2018 que Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Santana da Vargem e dá outras providências”. O regime de urgência do projeto foi colocado em votação e posteriormente foi aprovado por unanimidade entre os votantes presentes (com os votos dos vereadores: Carlos Cezar, Vitor Eugênio, Expedito Alves, Marcos Roberto, Luiz Felipe, Rodrigo Scalioni e João Martins). Em seguida o presidente colocou em discussão e segunda votação o **Projeto de Lei Ordinária Nº 009/2020** que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentaria de 2021, e dá outras providências”. O projeto foi colocado em segunda votação e posteriormente foi aprovado por 6 votos a favor (com os votos dos vereadores: Carlos Cezar, Vitor Eugênio, Expedito Alves, Luiz Felipe, Marcos Roberto, e João Martins) contra um voto contrário (do vereador: Rodrigo Scalioni). O vereador Rodrigo justificou seu voto. Dando prosseguimento à reunião o presidente concedeu a palavra livre aos vereadores por cinco minutos. O vereador João Martins disse que o presidente de comissão da qual ele faz parte não lhe comunicou sobre a emissão do parecer do projeto sobre a tabela de alvará. O vereador Luiz Felipe disse que por causa da pandemia tinha ficado combinado que cada vereador faria seu próprio parecer. O plenário discutiu o assunto. O vereador Expedito solicitou uma cópia da resposta da Comissão ao ministério público sobre o processo a respeito da contratação de serviços de filmagem durante os anos de 2017 a 2019. O Vereador também disse que ele tem uma resposta e



que a Comissão deveria relatar que o contratado na época já estava trabalhando na Câmara a quatro anos, que o valor pago não atinge a licitação e que ele havia dado um prazo para o contratado regularizar sua situação. O presidente explicou sobre a situação da contratação dizendo que a Câmara estava pagando ao contratado um valor muito abaixo do mercado e que ele atendia às finalidades para o que foi contratado, mas, que porém não houve a formalização do processo licitatório para a contratação. O vereador Expedito disse que à época ele havia pesquisado com três prestadores de serviço de filmagem, mas que eles não se interessaram em prestar o serviço. O vereador João Martins perguntou se iriam continuar fazendo as reuniões extraordinárias e acrescentou que o regimento no seu artigo nonô estabelece que em agosto as reuniões devem ser ordinárias. O presidente respondeu que enquanto permanecer a situação de pandemia, à medida que forem surgindo matérias serão marcadas reuniões extraordinárias. O diretor explicou que se a Câmara voltar a fazer reuniões ordinárias estará infringindo o decreto municipal. O presidente perguntou ao plenário se eles concordavam em continuar com as reuniões extraordinárias. A maioria concordou. O presidente disse que iria marcar uma reunião com os interessados nos projetos sobre doação de lotes. O presidente convocou uma reunião extraordinária para a próxima quinta-feira. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão e ordenou que se lavrasse a presente ata, a qual, após aprovada poderá ser assinada por todos.

